Informações Contábeis Intermediárias - ITR Trimestre findo em 30 de setembro de 2022

Conteúdo

Relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias	22
Balanço patrimonial	23
Demonstração do resultado	25
Demonstração do resultado abrangente	26
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstração do fluxo de caixa	28
Demonstração do valor adicionado	29
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	30



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG** Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto

Contador CRC RJ-064887/O-8

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	30/09/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	370.295	196.873
Contas a receber de clientes (Nota 6)	805.497	680.046
Estoques	5.584	3.688
Tributos a recuperar (Nota 7)	24.583	11.784
Imposto de renda e contribuição social a compensar (Nota 7)	5.441	4.363
Cessão de crédito	2.216	1.217
Outras contas a receber	5.319	5.871
_	1.218.935	903.842
Não circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 6)	15.258	1.732
Ativos fiscais diferidos (Nota 8)	287.135	279.918
Tributos a recuperar (Nota 7)	265.629	240.971
Depósitos judiciais (Nota 11)	68.111	84.649
	636.133	607.270
	200	200
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 12)	2.248.686	2.220.361
Direito de uso (Nota 13.1)	7.353	7.745
<u>-</u>	2.256.419	2.228.486
Total do ativo	4.111.487	3.739.598

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	30/09/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	538.645	485.298
Obrigações por arrendamento (Nota 13.2)	2.053	3.116
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	282.930	588.979
Obrigações trabalhistas	11.054	8.140
Tributos a recolher (Nota 16)	58.201	65.629
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 16)	60.901	81.415
Obrigações com fundo de pensão (Nota 19)	92.656	81.233
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 18)	116.746	118.761
Demais contas a pagar	10.610	20.671
	1.173.796	1.453.242
		11.100.12.12
Não circulante		
Obrigações setoriais (Nota 7.a)	263.038	239.264
Obrigações por arrendamento (Nota 13.2)	7.645	7.227
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	948.548	600.804
Obrigações com fundo de pensão (Nota 19)	184.083	186.969
Provisão para contingências (Nota 20)	218.653	231.312
	1.621.967	1.265.576
Total do passivo	2.795.763	2.718.818
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	644.460	644.460
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	438.213	478.931
Outros resultados abrangentes	(104.748)	(104.805)
Resultado do período	335.605	-
Total do patrimônio líquido	1.315.724	1.020.780
Total do passivo e patrimônio líquido	4.111.487	3.739.598
• •		

Demonstração do resultado Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

_	Três meses findos em 30/09/2022	Nove meses findos em 30/09/2022	Três meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2021
Receita líquida (Nota 22)	1.684.040	4.519.560	1.263.253	3.111.370
Custo do serviço (Nota 23)	(1.269.208)	(3.484.325)	(932.742)	(2.269.026)
Lucro bruto	414.832	1.035.235	330.511	842.344
Despesas com vendas (Nota 25)	(44.608)	(134.471)	(18.346)	(70.539)
Despesas administrativas e gerais (Nota 25)	(77.513)	(200.705)	(72.565)	(207.385)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 26)	(9.594)	(37.021)	(5.336)	(13.310)
Lucro operacional	283.117	663.038	234.264	551.110
Receitas financeiras	15.493	39.062	22.312	29.739
Despesas financeiras	(60.161)	(188.398)	(43.259)	(86.359)
Resultado financeiro, líquido (Nota 27)	(44.668)	(149.336)	(20.947)	(56.620)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	238.449	513.702	213.317	494.490
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Notas 8 e 17)	(91.253)	(185.344)	(72.830)	(180.357)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Notas 8 e 17)	8.979	7.247	282	12.123
Lucro líquido do período	156.175	335.605	140.769	326.256
Lucro líquido do período básico e diluído por mil ações do capital social - R\$	0,60	1,29	0,54	1,26

Demonstração do resultado abrangente Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	Três meses findos em 30/09/2022	Nove meses findos em 30/09/2022	Três meses findos em 30/09/2021	Nove meses findos em 30/09/2021
Lucro líquido do período	156.175	335.605	140.769	326.256
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes:				
- Ganho (perda) atuarial de fundo de pensão, líquido de imposto	30	57	(343)	(1.041)
- Instrumento financeiro - câmbio futuro (Nota 4)			(129)	(126)
Total do resultado abrangente do período	156.205	335.662	140.297	325.089

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Capital Reserva de capital Legal Expansão Reserva Dividendo Lucros resultados Total social - incentivos fiscais	Total
	. 'S
Saldos em 1° de janeiro de 2021 644.460 2.194 128.893 684 254.988 257.632 - (94.742) 1.194	94.742) 1.194.109
Dividendos aprovados em AGOE (abril/2021) (257.632) (257.632)	- (257.632)
Lucro líquido do período 326.256 - 326	- 326.256
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais (1.041) (1.	(1.041) (1.041)
Instrumento financeiro - câmbio futuro (126)	(126) (126)
Saldos em 30 de setembro de 2021 644.460 2.194 128.893 684 254.988 - 326.256 (95.909) 1.261	95.909) 1.261.566
Saldos em 1º de janeiro de 2022 644.460 2.194 128.893 684 - 349.354 - (104.805) 1.020	04.805) 1.020.780
Dividendos adicionais aprovados em AGO (abril/2022) (40.718) (40.718)	- (40.718)
Destinação para a reserva de expansão (AGO abril/2022) 308.636 - (308.636)	
Lucro líquido do período 335.605 - 335	- 335.605
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais (Nota 19) 57	57 57
Saldos em 30 de setembro de 2022 644.460 2.194 128.893 309.320 335.605 (104.748) 1.315	04.748) 1.315.724

Demonstração dos fluxos de caixa Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Pluxos de caixa das atividades operacionais Lucro liquido do período antes do imposto de renda e da contribuição social 513.702 494.404 Apustes Amortizações do intangível 104.739 104.439 104.439 104.739 104.439 104.739 105.735 1		30/09/2022	30/09/2021
Ajustes Amortizações do intangível 104.739 104.449 Depreciação ativo direito de uso 1.275 1.891 Duros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos 128.738 43.027 Juros sobre arrendamento 256 1.009 Custos amortizados no período (4.144) 1.219 Atualização monetária sobre depósito judicial 1.835 913 Provisão atuarial do beneficio pós-emprego 8.594 2.778 Adições (exclusões) contingências (12.659) (5.367) Instrumento financeiro - câmbio futuro - 126 Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106 Corria cortas de sontas	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Amortizações do intangível 104,739 104,449 Depreciação ativo direito de uso 1.287 1.891 Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos 128,738 43.027 Juros sobre arrendamento 256 1.009 Custos amortizados no período (4.144) 1.219 Atualização monetária sobre depósito judicial 1.835 913 Provisão atuarial do beneficio pós-emprego 8.594 2.778 Adições (exclusões) contingências (12.659) 2.972 Instrumento financeiro - câmbio futuro - 126 Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154,583 (55.599) Estoques (1,896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.025) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399		513.702	494.490
Amortizações do intangível 104,739 104,449 Depreciação ativo direito de uso 1.287 1.891 Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos 128,738 43.027 Juros sobre arrendamento 256 1.009 Custos amortizados no período (4.144) 1.219 Atualização monetária sobre depósito judicial 1.835 913 Provisão atuarial do beneficio pós-emprego 8.594 2.778 Adições (exclusões) contingências (12.659) 2.972 Instrumento financeiro - câmbio futuro - 126 Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154,583 (55.599) Estoques (1,896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.025) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399	Ajustes		
Depreciação ativo direito de uso 1.275 1.891 Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos 128.738 43.027 Juros sobre arrendamento 256 1.009 Custos amortizados no período (4.144) 1.219 Atualização monetária sobre depósito judicial 1.835 913 Provisão atuarial do beneficio pós-emprego 8.594 2.778 Adições (exclusões) contingências (12.659) (5.367) Instrumento financeiro - câmbio futuro - 1.26 Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Variações nos ativos e passivos 812.142 665.507 Variações nos ativos e passivos 208.281 (193.064) Conta a receber de clientes (208.928) (193.064) Cossão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Cessão de crédito (999) (106) Comais contas a receber 339 (106) Fornecedores 33.347<		104.739	104.449
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos 128.738 43.027 Juros sobre arrendamento 256 1.009 Custos amortizados no período (4.144) 1.219 Atualização monetária sobre depósito judicial 1.835 913 Provisão atuarial do beneficio pós-emprego 8.594 2.778 Adições (exclusões) contingências (12659) (5.367) Instrumento financeiro - câmbio futuro - 126 Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Variações nos atívos e passivos 812.142 665.507 Variações nos atívos e passivos (208.928) (193.064) Tributos a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recepera e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (99) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Pomecacordas		1.275	1.891
Juros sobre arrendamento 256 1.009 Custos amortizados no período (4.144) 1.219 Atualização monetária sobre depósito judicial 1.835 913 Provisão atuarial do beneficio pós-emprego 8.594 2.778 Adições (exclusões) contingências (12.659) (5.367) Instrumento financeiro - câmbio futuro - 126 Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) 2. Variações nos ativos e passivos 812.142 665.507 Variações nos ativos e passivos (208.928) (193.064) Tributos a recubera e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cossão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 614.97 Demais		128.738	43.027
Atualização monetária sobre depósito judicial 1.835 913 Provisão atuarial do beneficio pós-emprego 8.594 2.778 Adições (exclusões) contingências (12.659) (5.367) Instrumento financeiro - câmbio futuro 126 Provisão para perdas de crédito esperadas 6.9951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - (145)		256	1.009
Atualização monetária sobre depósito judicial 1.835 913 Provisão atuarial do beneficio pós-emprego 8.594 2.778 Adições (exclusões) contingências (12.659) (5.367) Instrumento financeiro - câmbio futuro - 126 Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado 812.142 665.507 Variações nos ativos e passivos 812.142 665.507 Variações nos ativos e passivos - 184.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) 1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) 1.022	Custos amortizados no período	(4.144)	1.219
Provisão atuarial do benefício pós-emprego 8.594 2.778 Adições (exclusões) contingências (12.659) (5.367) Instrumento financeiro - câmbio futuro - 126 Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Variações nos ativos e passivos 812.142 665.507 Variações nos ativos e passivos (208.928) (193.064) Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Estoques (1.896) (1.956) Estoques (1.896) (1.956) Estoques (1.896) (1.956) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106 Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas a despesas a pagar (11			913
Adições (exclusões) contingências (12.659) (5.367) Instrumento financeiro - câmbio futuro - 126 Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - 665.507 Variações nos ativos e passivos (208.928) (193.064) Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 3347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) <		8.594	2.778
Provisão para perdas de crédito esperadas 69.951 20.972 Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Variações nos ativos e passivos 812.142 665.507 Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 63.4092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) <t< td=""><td></td><td>(12.659)</td><td>(5.367)</td></t<>		(12.659)	(5.367)
Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Variações nos ativos e passivos (208.928) (193.064) Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.044) <t< td=""><td>Instrumento financeiro - câmbio futuro</td><td>-</td><td>126</td></t<>	Instrumento financeiro - câmbio futuro	-	126
Resultado na baixa de imobilizado arrendado (145) - Variações nos ativos e passivos (208.928) (193.064) Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.044) <t< td=""><td>Provisão para perdas de crédito esperadas</td><td>69.951</td><td>20.972</td></t<>	Provisão para perdas de crédito esperadas	69.951	20.972
Variações nos ativos e passivos (208.928) (193.064) Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações (86.703) (37.360) Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquido aplicado nas atividades de investimento (1		(145)	-
Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquida aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		812.142	665.507
Contas a receber de clientes (208.928) (193.064) Tributos a recuperar e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquida aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar e diferidos 154.583 (55.599) Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (3.804) - Dividendos e juros sobre capital próprio pago		(208.928)	(193.064)
Estoques (1.896) (1.956) Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquida do intangível 880 (20.334) (182.726) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (31.304) (83.238) Piuxo de caixa das atividades de financiamentos (42.734) (193.116) Amortização principal emp	Tributos a recuperar e diferidos		
Cessão de crédito (999) (1.022) Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Aquisições do intangível 880 (200.334) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (38.04) - Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116)	-	(1.896)	, ,
Baixa de depósito judicial 16.538 - Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquida do intangível 880 (83.238) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (12.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líqui	•	,	` /
Demais contas a receber 399 (106) Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos 480 (83.238) Aquisições do intangível 880 (83.238) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos 3.804 - Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) C	Baixa de depósito judicial	` ′	-
Fornecedores 53.347 136.161 Obrigações trabalhistas 2.914 2.769 Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (1.143) (810)		399	(106)
Tributos a recolher (182.265) 61.497 Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquida do intangível 880 (133.944) (83.238) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (133.064) (83.238) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (40.073) (193.926) Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360	Fornecedores	53.347	` /
Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquida do intangível 880 (88.00) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (133.064) (83.238) Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (40.073) (193.926) Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191	Obrigações trabalhistas	2.914	2.769
Demais contas e despesas a pagar (11.743) 1.130 Caixa proveniente das operações 634.092 615.317 Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Baixa líquida do intangível 880 (88.00) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (133.064) (83.238) Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (40.073) (193.926) Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191	Tributos a recolher	(182.265)	61.497
Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Aquisições do intangível 880 (133.944) (83.238) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (40.073) (193.926) Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191	Demais contas e despesas a pagar	, ,	1.130
Juros pagos de empréstimos (86.703) (37.360) Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos (133.944) (83.238) Aquisições do intangível 880 (133.944) (83.238) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (40.073) (193.926) Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191	Caixa proveniente das operações	634.092	615.317
Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aquisições do intangível (133.944) (83.238) Baixa líquida do intangível 880 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191	1 ,		
Juros pagos arrendamento (496) (707) Imposto de renda e contribuição social pagos (200.334) (182.726) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aquisições do intangível (133.944) (83.238) Baixa líquida do intangível 880 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191	Juros pagos de empréstimos	(86.703)	(37.360)
Imposto de renda e contribuição social pagos Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 346.559 394.524 Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aquisições do intangível Baixa líquida do intangível Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de investimento Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos Amortização principal empréstimos Amortização principal arrendamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período Caixa e equivalentes de caixa no início do período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191		, ,	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais346.559394.524Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aquisições do intangível(133.944)(83.238)Baixa líquida do intangível880(133.064)(83.238)Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento(133.064)(83.238)Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos(42.734)(193.116)Amortização principal empréstimos3.804-Amortização principal arrendamento(1.143)(810)Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento(40.073)(193.926)Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período173.422117.360Caixa e equivalentes de caixa no início do período196.873311.191			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aquisições do intangível (133.944) (83.238) Baixa líquida do intangível 880 Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (133.064) (83.238) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (40.073) (193.926) Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191			
Aquisições do intangível Baixa líquida do intangível Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento Clividendos e juros sobre capital próprio pagos Amortização principal empréstimos Amortização principal arrendamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Amortização principal empréstimos Amortização principal arrendamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no início do período	T I		
Baixa líquida do intangível Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos Amortização principal empréstimos Amortização principal arrendamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período	Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixa líquida do intangível Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos Amortização principal empréstimos Amortização principal arrendamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período Caixa e quivalentes de caixa no início do período	Aquisições do intangível	(133.944)	(83.238)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento(133.064)(83.238)Fluxo de caixa das atividades de financiamentos5(193.116)Dividendos e juros sobre capital próprio pagos(42.734)(193.116)Amortização principal empréstimos3.804-Amortização principal arrendamento(1.143)(810)Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento(40.073)(193.926)Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período173.422117.360Caixa e equivalentes de caixa no início do período196.873311.191		, ,	()
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 - Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (40.073) (193.926) Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191			(83.238)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (40.073) (193.926) Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191		(1001001)	(00.200)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (42.734) (193.116) Amortização principal empréstimos 3.804 Amortização principal arrendamento (1.143) (810) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (40.073) (193.926) Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização principal empréstimos3.804-Amortização principal arrendamento(1.143)(810)Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento(40.073)(193.926)Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período173.422117.360Caixa e equivalentes de caixa no início do período196.873311.191		(42.734)	(193.116)
Amortização principal arrendamento(1.143)(810)Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento(40.073)(193.926)Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período173.422117.360Caixa e equivalentes de caixa no início do período196.873311.191		` /	(1,5,110)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento(40.073)(193.926)Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período173.422117.360Caixa e equivalentes de caixa no início do período196.873311.191			(810)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa no período 173.422 117.360 Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período 196.873 311.191			
	·		
Caixa e equivalentes de caixa no final do período 5/0.293 426.331	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	310.233	420.331

Demonstração do valor adicionado Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	30/09/2022	30/09/2021
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	5.565.638	3.923.173
Outras receitas operacionais	11.218	8.000
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(126.525)	(64.676)
	5.450.331	3.866.497
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(3.380.413)	(2.168.135)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(947.360)	(742.557)
	(4.327.773)	(2.910.692)
Valor adicionado bruto	1.122.558	955.805
Retenções		
Amortizações do intangível e diferido	(106.013)	(106.170)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	1.016.545	849.635
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	39.062	29.739
Valor adicionado total a distribuir	1.055.607	879.374
Distribuição do valor adicionado Pessoal		
Remuneração direta	40.984	40.972
Benefícios	13.826	12.631
FGTS	3.186	3.194
	57.996	56.797
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	301.766	259.505
Estaduais	165.020	142.792
Municipais	4.414	5.577
	471.200	407.874
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	188.398	86.361
Aluguéis	2.408	2.086
	190.806	88.447
Remuneração de capitais próprios	225 (05	226.256
Lucros retidos	335.605	326.256
	335.605	326.256
Valor adicionado distribuído	1.055.607	879.374

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG ("CEG" ou "Companhia") tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group, cuja sede temporariamente está localizada em Madri - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade desses;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG GASIUS;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota Explicativa nº12).

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pela Administração da Companhia em 10 de novembro de 2022.

1.1 Impactos do COVID-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde ("OMS") classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federal, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar segmento de Distribuição de Gás Natural.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos, riscos e incertezas causados pelo COVID-19, incluindo, mas não se limitando a:

- (i) Desempenho da demanda de gás;
- (ii) Impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência;
- (iii) Variação dos indicadores macroeconômicos;
- (iv) Fluxo de caixa no curto e médio prazo;
- (v) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros; e
- (vi) Avaliação de continuidade operacional.

As análises realizadas pela administração da Companhia não identificaram mudanças nos fatos e circunstâncias econômicas atuais, bem como impactos diretamente atribuíveis ao surto do COVID-19 que indicassem a necessidade de fornecimento de divulgações adicionais de modo a garantir que as informações prestadas refletissem a realidade econômica da Companhia.

Em relação ao período findo em 30 de setembro de 2022, foi observado como possível impacto, considerando a dificuldade em dissociar as operações normais e àquelas incrementais relacionadas à pandemia, o aumento das perdas de crédito nos mercados com restrição temporária de cortes de fornecimento quando comparado ao período inicial de 2020 - prépandemia - conforme evolução observada na nota explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes. Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

Suspensão de cortes de fornecimento

Seguindo as determinações legais, em especial a Lei 8.769/20, que vedou a suspensão do fornecimento de gás natural, mesmo em casos de inadimplência de consumidores residenciais e aqueles classificados como: (i) MEIs (Micro Empreendedores Individuais); (ii) Micro e Pequenas Empresas; e aos optantes pelo regime de arrecadação de tributos denominado Simples Nacional (Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006), a Companhia suspendeu o corte do fornecimento de gás natural canalizado por inadimplência do consumidor, abrangendo aproximadamente um milhão de clientes. Os cortes passaram a ser realizados somente em casos de emergência, como escapamentos. A medida valeu para residências, pequenos comércios, microempreendedores individuais e serviços médicohospitalares.

Em 16.07.2021, foi publicada a Lei Estadual 9.356/2021 que alterou as medidas restritivas contidas na Lei Estadual 8.769/2020, passando a vigorar as condições e prazos previstos na Resolução ANEEL 928/2021. A Lei também veda a interrupção, durante o período de pandemia, do fornecimento de gás para o cliente pessoa física cujo consumo não seja superior ao consumo mínimo. Com a alteração, é tornou-se possível a suspensão do fornecimento para clientes inadimplentes, exceto para os casos mencionados na referida resolução. As medidas restritivas são aplicáveis aos serviços essenciais, enquanto durar os planos de contingência e/ou o estado de calamidade sanitária no Estado do Rio de Janeiro. Considerando que não houve prorrogação do estado de calamidade pública desde 01.07.2022, a Companhia prossegue com a suspensão do fornecimento nos casos de inadimplemento, mediante oferta de parcelamento do débito.

Além disso, a Lei Estadual 8.695/19 prevê, em seu artigo 2º, que seja ofertado ao consumidor inadimplente a possibilidade de pagamento das faturas em atraso por meio de cartão de débito, previamente à interrupção dos serviços, a Companhia encontra-se em processo de adequação dos seus sistemas e demais atividades necessárias para implementação desta exigência legal.

1.2 Alterações tributárias: Lei complementar nº 194/2022

Em 23 de junho de 2022, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, a qual alterou a Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços, relativos à combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, como essenciais, bem como alterou a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, estabelecendo, dentre outros, a aplicação da alíquota 0% (zero) do PIS/COFINS e PIS/COFINS-Importação incidentes sobre a receita ou o faturamento na venda ou sobre a importação de gás natural veicular (GNV) às pessoas jurídicas atuantes na cadeia econômica do referido produto até 31 de dezembro de 2022.

Dessa forma, a Companhia passou a aplicar a incidência da alíquota 0% (zero) no faturamento do volume destinado como Gás Natural Veicular – GNV para as faturas emitidas posteriormente à vigência da lei."

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários e incluídas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), com o Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) — Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a norma internacional IAS 34 — Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board — (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações trimestrais, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Companhia avaliou os impactos da COVID-19, conforme apresentado na nota explicativa 1.1.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.2 Políticas contábeis

Nas informações contábeis intermediárias, as políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Por isso, essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

exercício findo em 31 de dezembro de 2021, divulgadas no jornal Monitor Mercantil em 18 de fevereiro de 2022.

Em relação às informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2022, não estão sendo apresentadas neste relatório trimestral as seguintes notas explicativas:

- Estimativas e julgamentos contábeis críticos.
- Resumo das principais políticas contábeis.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A administração da Companhia avaliou e identificou que não houve aplicação de novas normas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 30 de setembro de 2022 e 2021 não existiam ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

(ii) Risco com taxa de juros

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

b. Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido a pulverização da base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 6. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está inferior ao ativo circulante no montante de R\$ 45.139 em 30 de setembro de 2022 (superior em R\$ 547.668 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 30 de setembro de 2022	24.724	222.701	1 545 215
Empréstimos e financiamentos Fornecedores	24.724	323.781	1.545.315
	538.645	-	-
Demais contas a pagar	10.610	-	-
Arrendamento	2.053	3.744	4.964
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos e financiamentos	621.538	243.061	502.334
Fornecedores	485.298	-	-
Demais contas a pagar	20.671	-	-
Arrendamento	3.116	-	-

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas em uma análise da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

A Companhia não pretende realizar antecipações dos valores de longo prazo.

d. Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 30 de setembro de 2022, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 861.183 (R\$ 992.910 em 31 de dezembro de 2021), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 30 de setembro de 2022, indicava uma taxa SELIC em 13,75% (9,25% em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração, a partir do cenário provável de acordo com Relatório Focus), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 30/09/2022 - %	13,65	13,65	13,65
Dívida líquida – bancos	861.183	861.183	861.183
Taxa anual estimada do CDI em 30/09/2022 - %	13,75	17,19	20,63
Despesa financeira	861	30.464	60.068
IR e CS	(293)	(10.358)	(20.423)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	568	20.106	39.645

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

3.3 Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração aprova e supervisiona as políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco

4 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas informações trimestrais são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2 -** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

• **Nível 3 -** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	370.295	196.873
Contas a receber de clientes	820.754	681.778
Outras contas a receber	5.319	5.871
Cessão de crédito	2.216	1.217
	1.198.584	885.739
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.231.478	1.189.783
Dividendos e juros sobre o capital próprio	116.746	118.761
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	539.338	497.338
	1.887.562	1.805.882

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	30 de setembro de 2022		31 de dezem	bro de 2021
Instrumentos	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos Dividendos propostos e juros sobre o capital	1.231.478	1.231.478	1.189.783	1.189.783
próprio Fornecedores e outras obrigações, excluindo	116.746	116.746	118.761	118.761
obrigações legais	539.338	539.338	497.338	497.338
Total de captações	1.887.562	1.887.562	1.805.882	1.805.882
Total custo de captações	(4.144)		(5.891)	
Total de captações líquido	1.883.418	:	1.799.991	•

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2022	31/12/2021
Bancos	69.390	71.154
Aplicações financeiras (CDBs)	300.905	125.719
	370.295	196.873

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

As aplicações financeiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras realizadas no Banco Santander referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 101,8% do CDI em 30 de setembro de 2022 (99,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	971.968	718.300
Do setor público	21.901	13.885
	993.869	732.185
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	143.807	196.218
Do setor público	5.397	4.114
	149.204	200.332
Vendas de equipamentos e serviços	7.314	8.942
	1.150.387	941.459
Provisão para perdas de crédito esperadas	(329.632)	(259.681)
	820.755	681.778
Circulante	805.497	680.046
Não circulante (a)	15.258	1.732
	820.755	681.778
Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses		

Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	30/09/2022	31/12/2021
A vencer		
Faturado	587.838	392.267
Não faturado	149.204	200.332
Vencidas		
Até três meses	135.863	71.102
De três a seis meses	32.473	29.616
Acima de seis meses	245.009	248.142
	1.150.387	941.459

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Dias de vencimento	30/09/2022 Taxa de atraso (%)	31/12/2021 Taxa de atraso (%)
A vencer	2,20%	2,03%
1 a 30 dias	12,44%	10,04%
31 a 60 dias	42,22%	53,54%
61 a 90 dias	33,06%	64,23%
91 a 120 dias	73,78%	51,19%
121 a 180 dias	80,57%	20,67%
181 a 360 dias	86,43%	93,38%
Mais de 360 dias	77,53%	79,40%

Com o fim das restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, a Companhia voltou a considerar a suspensão, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, dos serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais observando ainda as exigências da Lei Estadual 8.695/19, descritas na Nota explicativa nº 1.1. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas segue demonstrada abaixo:

	30/09/2022	31/12/2021
Em 1º de janeiro	259.681	241.167
Provisão para perdas de crédito esperadas	227.205	123.228
Recuperação de perdas das contas a receber	(157.254)	(104.714)
Saldo final na respectiva data	329.632	259.681

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações trimestrais é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário do COVID-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual N°46966 de 11/03/2020, a Companhia havia interrompido os serviços de corte para as ligações de algumas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

7 Tributos a recuperar

-	30/09/2022	31/12/2021
PIS e COFINS (a)	281.854	239.694
ICMS a recuperar (b)	4.531	6.906
Contribuição social (c)	5.441	4.363
Imposto de Renda Retido na Fonte (d)	3.827	6.155
	295.653	257.118
Circulante	30.024	16.147
Não circulante	265.629	240.971
	295.653	257.118

(a) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fíxou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia. Assim, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas, definindo que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e que os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15.03.2017.

Em 28 de setembro de 2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por meio do PARECER SEI Nº 14.483/2021/ME, se manifestou quanto as orientações a serem observadas no cumprimento da decisão do STF, especialmente quanto ao marco da cessação da eficácia de decisões anteriores a definitividade do precedente com repercussão geral.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 263.038 (R\$ 224.556 principal e R\$ 38.482 de atualização monetária) relativos a créditos de PIS e COFINS cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre a decisão de março de 2017 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo realizada em Fevereiro de 2022, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. Considerando os valores médios dos tributos federais recolhidos nos últimos anos, a Companhia estima que o valor total reconhecido será compensado em aproximadamente 2 anos, a partir da habilitação do credito por parte da Receita Federal via processo administrativo, cuja a expectativa da administração é que ocorra em prazo superior a 12 meses.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica.

A administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação quanto a melhor forma de se beneficiar também de eventuais créditos em relação aos valores relativos aos períodos anteriores a março de 2017, os quais não foram quantificados e tampouco registrados, considerando não haver decisão no âmbito da ação rescisória que visa revogar os efeitos do transito em julgado da ação proposta pela Companhia julgada improcedente.

- (b) Refere-se, predominantemente, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.635 (R\$ 3.606 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 1.940 com expectativa de realização a curto prazo (R\$ 1.899 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 1.695 com expectativa a longo prazo (R\$ 1.707 em 31 de dezembro de 2021). Há ainda o montante de R\$ 896 referentes a créditos de patrocínios realizados em 2021.
- (c) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.
- (d) Refere-se à retenção na fonte sobre pagamentos e sobre resgates de aplicações financeiras.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

8 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Composição

	30/09/2022	31/12/2021
Obrigações de fundo de pensão	114.805	111.933
Provisão para perdas de crédito esperadas	84.909	79.219
Provisão para contingências	74.342	78.646
AVP financeiro	1.868	(1.179)
Operações com arrendamento mercantil	797	883
Juros e variação monetária Gasius	(3.498)	(4.090)
Provisão de fornecedores	13.024	13.618
Outras	888	888
Ativo não circulante	287.135	279.918

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

b. Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

IR e	CS	diferidos	ativos	sobre

	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas de crédito esperadas	Provisão para contingências	AVP financeiro	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2021	111.933	79.219	78.646	(1.179)	883	(4.090)	13.618	888	279.918
Creditado (debitado) na demonstração do resultado Creditado (debitado) no	2.902	5.690	(4.304)	3.047	(86)	592	(594)	-	7.247
patrimônio líquido	(30)								(30)
Em 30 de setembro de 2022	114.805	84.909	74.342	1.868	797	(3.498)	13.024	888	287.135

IR e CS diferidos ativos sobre

	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2020 Adições (baixas) na	105.079	72.139	84.791	2.434	375	(4.076)	7.593	267	268.602
demonstração do resultado Creditado (debitado) no	1.670	7.080	(6.145)	(3.613)	508	(14)	6.025	621	6.132
patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2021	5.184 111.933	79.219	78.646	(1.179)	883	(4.090)	13.618	888	5.184 279.918

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

c. Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
2022	24.720	24.927
2023	35.937	33.918
2024	36.395	35.308
2025	41.247	40.015
2026	48.526	47.077
2027 em diante	100.310	98.673
	287.135	279.918

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

9 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamérica S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado.

Os saldos em 30 de setembro de 2022 são demonstrados como segue:

	Ativo ci	rculante	Passivo C	irculante	Rece	eitas	Despesas	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
A receber/pagar Controladora indireta:								
Naturgy Energy Group S.A. (a)	240	26	436	730	253	12	-	1.363
Controle Comum:				,				
Gás Fenosa Engineering (b)		-		-	26	26	-	-
Gás Natural Informática (c)		-		10.633	193	-	2.253	-
NATURGY IT S.L. (d)		-	257	677	226	132	4.476	5.965
CEG Rio S.A. (e)	1.864	467		-	16.902	15.116	-	-
LEAN CORPORATE SERVICES S.L. (f)		-		-	18	45	778	591
LEAN CUSTOMER SERVICES SL (g)		-		-	34	66	779	940
LEAN GRIDS SERVICES S.L. (h)		-		-	1	5	57	180
Gás Natural São Paulo Sul S.A. (i)	40	-		-	488	350	-	-
Gás Natural Serviços S.A. (j)	43	15		-	537	663	-	33
Gás Natural do Brasil S.A. (k)	5	2		_	27	21	-	-
	2.192	510	693	12.040	18.705	16.436	8.343	9.072

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

JCP e Dividendos								
Naturgy DL S.A (l)	-	-	63.208	63.942	-	-	-	-
Pluspetrol Energy (1)	-	-	2.634	2.664	-	-	-	-
Dinâmica energia (1)	-	-	10.334	11.111	-	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (l)	-	-	40.327	40.795	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (l)	-	-	244	249	-	-	-	-
	-	-	116.746	118.761				-
	2.192	510	117.439	130.801	18.705	16.436	8.343	9.072

Os saldos referem-se substancialmente de:

- (a) Contratação de serviços econômicos financeiros abrangendo tesouraria, contas a pagar e operativa contábil; o contrato foi assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPC espanhol mais 0,5% e sujeito a variação cambial (Euro). Contrato encerrado em 2021, com a contratação da IBM para prestação do serviço; Contrato de ressarcimento de salários para funcionários expatriados em atividade no Brasil e funcionários Brasil em atividade no exterior.
- Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento de operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço; o contrato foi assinado com vigência até 31 de dezembro de 2022 e reajustado anualmente pelo IPCA.
- (e) Prestação de serviços abrangendo os serviços de comunicações, gestão de licenças corporativas e outros, esse contrato não possui atualização monetária. Contrato foi assinado com vigência até 31 de dezembro de 2023.
- (d) Prestação de serviços abrangendo os serviços de Infraestrutura, serviço de processamento e rede de segurança e atendimento/suporte ao usuário; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (e) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, marketing, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
- (f) Prestação de serviços abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades do centro de serviços compartilhados econômico financeiro, compras e processos administrativos da área de pessoas; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (g) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades de leitura, faturamento e cobrança e atendimento a clientes; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (h) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de sustentação dos sistemas de negócios e suporte a processos; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (i) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa. O contrato estará em vigor até 31/12/2022, sendo atualizado anualmente pelo IPCA.
- Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA. Contrato de locação se sistema de climatização, reajustado anualmente pelo IGP-M
- (k) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M.
- (l) Pagamento de dividendos

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos celebrados com Partes Relacionadas foram objetos de estudos e análises por consultor externo, demonstrando que os preços e condições não geram desequilíbrio econômico financeiro para qualquer das Partes contratantes.

10 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, está demonstrada a seguir:

		30/09/2022	30/09/2021
Но	onorários de membros dos conselhos	2.441	2.375
Но	norários de diretoria estatutária	4.254	5.511
Pla	nos de aposentadoria e pensão	108	133
Ou	itros benefícios	535	788
		7.338	8.807
11 D	epósitos judiciais		
	1	30/09/2022	31/12/2021
IC	MS	4.564	4.364
IN	SS (a)	-	17.378
Im	posto de renda	8.636	6.409
	ocesso administrativo - SRF (b)	6.731	8.340
CI	DE (c)	12.774	12.283
Per	nhora judicial (d)	15.769	15.763
Tra	abalhistas (e)	6.868	7.142
Aç	ão cível (f)	12.769	12.970
		68.111	84.649

⁽a) Refere-se a depósito para recursos de autos de infração de INSS. A referida ação transitou em julgado, com decisão desfavorável para a Companhia. O processo foi baixado em maio de 2022. (Nota Explicativa nº 20.a.i).

Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da (b)

Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota Explicativa nº 20.a.i).

Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 3.059) e civeis (R\$ 12.677).
Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.
Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

⁽f) Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

12 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	71.417	13	45.548	2.068.096	2.185.074	43.876	2.228.950
Aquisição	-	-	11.905	44.065	55.970	74.803	130.773
Baixa líquida Transferência para intangível em operação	-	-	-	88.542	88.542	(88.542)	-
Amortização	(11.276)	(5)	(20.452)	(107.629)	(139.362)		(139.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.141	8	37.001	2.093.074	2.190.224	30.137	2.220.361
Custo total	136.735	3.628	203.537	3.567.603	3.911.503	30.137	3.941.640
Amortização acumulada	(76.594)	(3.620)	(166.536)	(1.474.529)	(1.721.279)		(1.721.279)
Valor residual	60.141	8	37.001	2.093.074	2.190.224	30.137	2.220.361
Taxas anuais de amortização (%)	8,3	5, 6 e 7	20				

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.141	8	37.001	2.093.074	2.190.224	30.137	2.220.361
Aquisição Baixa líquida Transferência para intangível em operação	- -	- -	8.513	31.692 (880) 78.857	40.205 (880) 78.857	93.739 - (78.857)	133.944 (880)
Amortização	(8.457)	(4)	(13.322)	(82.956)	(104.739)		(104.739)
Saldos em 30 de setembro de 2022	51.684	4	32.192	2.119.787	2.203.667	45.019	2.248.686
Custo total Amortização acumulada Valor residual	136.735 (85.051) 51.684	3.628 (3.624) 4	212.050 (179.858) 32.192	3.677.272 (1.557.485) 2.119.787	4.029.685 (1.826.018) 2.203.667	45.019 - 45.019	4.074.704 (1.826.018) 2.248.686
Taxas anuais de amortização (%)	8,3	5, 6 e 7	20				

⁽a) Contrato para exploração de serviços públicos referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

⁽b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.890	23.971	1.236	46.947	3.981	3.867	477	1.980.701	5.026	2.068.096
Aquisição Transferência para intangível em	-	-	-	37.961	250	538	-	360	4.956	44.065
operação Amortização		(1.357)	(82)	(25.144)	(1.673)	(967)	(411)	88.542 (75.152)	(2.843)	88.542 (107.629)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.890	22.614	1.154	59.764	2.558	3.438	66	1.994.451	7.139	2.093.074
Custo total Amortização acumulada	1.890	55.091 (32.477)	11.569 (10.415)	264.769 (205.005)	36.671 (34.113)	20.141 (16.703)	20.437 (20.371)	3.131.291 (1.136.840)	25.744 (18.605)	3.567.603 (1.474.529)
Valor contábil atual	1.890	22.614	1.154	59.764	2.558	3.438	66	1.994.451	7.139	2.093.074
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamen tos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.890	22.614	1.154	59.764	2.558	3.438	66_	1.994.451	7.139	2.093.074
Aquisição	-	_	_	28.097	806	50	259	374	2.106	31.692
Baixa líquida	-	-	-	-	-	-	-	(880)	-	(880)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	78.857	-	78.857
Amortização		(1.011)	(62)	(19.664)	(873)	(737)	(71)	(57.809)	(2.729)	(82.956)
Saldos em 30 de setembro de 2022	1.890	21.603	1.092	68.197	2.491	2.751	254	2.014.993	6.516	2.119.787
Custo total	1.890	55.091	11.569	292.866	37.477	20.191	20.696	3.209.642	27.850	3.677.272
Amortização acumulada	-	(33.488)	(10.477)	(224.669)	(34.986)	(17.440)	(20.442)	(1.194.649)	(21.334	(1.557.485)
Valor contábil atual	1.890	21.603	1.092	68.197	2.491	2.751	254	2.014.993	6.516	2.119.787
Taxas anuais de amortização (%)		4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	

Os juros capitalizados no período findo em 30 de setembro de 2022 foram de R\$ 2.173 (R\$ 1.165 em 31 de dezembro de 2021) à taxa média de 13,70% (5,93% em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

13 Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e oito anos enquanto veículos é superior a um ano e inferior a dois anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto						
Prazos contratos	Taxa % a.a.					
Superior a 1 ano até 8 anos	8.45 a 11.45					

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros).

Os saldos de arrendamento em 30 de setembro de 2022, são de R\$ 7.353 (R\$ 7.745 em 31 de dezembro de 2021) no ativo e R\$ 9.698 (R\$ 10.343 em 31 de dezembro de 2021) no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

13.1 Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2021	Adição	Amortizações	Saldo final 30/09/2022	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	24	-	(6)	18	5,42
Edificações	7.721	-	(1.040)	6.681	3,12
Veículos	-	883	(229)	654	1,00
Total - ativo de direito de uso	7.745	883	(1.275)	7.353	

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2020	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2021	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	36	-	(12)	24	5,42
Edificações	13.974	(4.088)	(2.165)	7.721	3,12
Veículos	138	<u> </u>	(138)		1,69
Total - ativo de direito de uso	14.148	(4.088)	(2.315)	7.745	

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação do contrato da sede administrativa, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa (30 de setembro de 2022)		
Contraprestação do arrendamento	8.526	6.980
PIS/COFINS potencial	789	646
	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2021)	1101111111	valor presente
Contraprestação do arrendamento	9.849	7.830
PIS/COFINS potencial	911	724

13.2 Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2021	Encargos financeiros	Adição	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 30/09/2022
Terrenos	30	2	-	-	(10)	(3)	19
Edificações	10.168	234	-	-	(903)	(473)	9.026
Veículos	145	20	883	(145)	(230)	(20)	653
Total - passivo de arrendamento	10.343	256	883	(145)	(1.143)	(496)	9.698

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2020	Encargos financeiros	Baixa (*)	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2021
Terrenos	40	4	-	(10)	(4)	30
Edificações	15.054	1119	(4.088)	(1.039)	(878)	10.168
Veículos	165	8		(20)	(8)	145
Total - passivo de arrendamento	15.259	1.131	(4.088)	(1.069)	(890)	10.343

(*) Baixas referentes aos distratos de três contratos de locação de imóveis, sendo o mais relevante correspondente a filial situada na Avenida Presidente Vargas - RJ.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

30 de setembro de 2022	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	12	7	19
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	1.388	7.638	9.026
Veículos	Fixa	10,75	653		653
Total - obrigação por					
arrendamento			2.053	7.645	9.698

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

31 de dezembro de 2021	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	13	17	30
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	2.958	7.210	10.168
Veículos	Fixa	10,75	145	<u>-</u> _	145
Total - obrigação por arrendamento			3.116	7.227	10.343

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

Em 30 de setembro de 2022, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	3	20	-	23	19
Edificações	441	7.470	2.628	10.539	9.026
Veículos	251	426	<u>-</u>	677	653
Total	695	7.916	2.628	11.239	9.698

O valor presente, principal e de juros em 30 de setembro de 2022, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 8,45% a 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Em 30 de setembro de 2022, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 1.275 (R\$ 2.176 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 496 (R\$ 890 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor e/ou cujo prazo é de 12 meses ou menos foram reconhecidos como despesa de aluguel no resultado do período. O montante total reconhecido no período findo em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 4.179 (R\$ 2.778 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

14 Fornecedores

	30/09/2022	31/12/2021
De gás (a)	459.831	396.493
De serviços	73.656	71.376
De materiais e outros	5.158	17.429
	538.645	485.298

⁽a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 14º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 10 de dezembro de 2019 no qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

15 Empréstimos e financiamentos

	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	1.231.478	1.189.783
	1.231.478	1.189.783
Total do passivo		
Circulante	282.930	588.979
Não circulante	948.548	600.804
	1.231.478	1.189.783

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos em moeda nacional pode ser assim demonstrada:

				30/09/2022		30/09/2022 31/12/2021		
				Curto	Longo	Curto	Longo	
	Indexadores	Vencimento		prazo	prazo	prazo	prazo	
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,2503%	03/06/2022			-	165.922	-	
	CDI+2,30%	04/03/2024	(a)	1.723	29.662	1.766	30.624	
	CDI+1,2%	19/08/2022		-	-	104.956	-	
	CDI+2,30%	04/03/2024	(a)	4.676	50.243	3.486	50.654	
	CDI+2,30%	04/03/2024	(a)	4.651	50.232	2.186	49.088	
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+1,15%	07/08/2023		153.187	-	4.622	150.000	
	CDI+1,45%	11/04/2025	(a)	7.165	100.785	-	-	
Banco Santander S.A.	CDI+0,95%	14/11/2022		-	-	100.329	-	
	CDI+2,30%	11/03/2024	(a)	1.667	34.604	1.525	33.960	
	CDI+2,30%	11/03/2024	(a)	1.413	23.433	1.420	22.999	
Banco Citibank	CDI+1,75%	16/05/2024	(a)	2.996	50.145	847	50.315	
Banco do Brasil	CDI+1,71%	07/04/2026	(a)	11.513	161.874	-	-	
	CDI+1,71%	07/04/2026	(a)	7.245	101.300	-	-	
ING Mizuho	CDI+1,60%	20/05/2024	(a)	1.700	30.069	1.462	30.149	
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,75%	04/04/2025	(a)	2.397	39.392	41.137	-	
	CDI+2,30%	11/03/2024	(a)	2.028	29.782	1.318	29.427	
Banco Itaú	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	2.828	44.639	45.530	-	
	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	7.916	107.373	106.446	-	
	CDI+2,30%	18/03/2024	(a)	3.888	45.405	2.649	44.588	
	CDI+2,30%	18/03/2024	(a)	3.228	49.610	2.943	49.000	
Banco Scotiabank	CDI+1,05%	12/01/2023		62.709	-	435	60.000	
				282.930	948.548	588.979	600.804	

⁽a) Os empréstimos renegociados em 2022 não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no desreconhecimento da divida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo o montante de R\$ 4.144 (R\$ 5.891 em 31 de dezembro de 2021) referente ao ganho decorrente da modificação dos termos da divida.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	30/09/2022	31/12/2021
2023	-	210.000
2024	393.184	390.804
2025	292.189	-
2026	263.175	
	948.548	600.804

Mapa de movimentação dos empréstimos

	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.189.783	1.175.140
Juros provisionados	128.738	69.334
Juros pagos	(86.703)	(50.339)
Custos a amortizar	3.804	1.539
Custos amortizados no período	(4.144)	(5.891)
Saldo final	1.231.478	1.189.783

16 Tributos a recolher

	30/09/2022	31/12/2021
ICMS	40.957	41.796
IRPJ a pagar	60.901	81.415
COFINS	7.446	11.212
PIS	1.561	2.424
CS/PIS/COFINS terceiros	1.806	1.652
INSS terceiros	1.619	1.236
ISS terceiros	1.295	1.194
Outros	3.517	6.115
	119.102	147.044

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

17 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	30/09/2022		30/09/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	513.702	513.702	494.490	494.490
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(128.425)	(46.233)	(123.623)	(44.504)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva Adições permanentes Incentivos fiscais	(2.821) 390	(1.008)	(626) 744	(225)
Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do período	(130.856)	(47.241)	(123.505)	(44.729)
Imposto corrente Imposto diferido	(136.185) 5.329	(49.159) 1.918	(132.419) 8.914	(47.938) 3.209
Alíquota efetiva	26%	9%	25%	9%

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social de R\$644.460 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital (%)
Residentes no exterior: Naturgy Distribuicion Latinoamerica, S.A. Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	54,16% 2,26%
Residentes no país: BNDES Participações S.A BNDESPAR Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	34,56% 8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	100,00%

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

18.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b. Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia. Em AGO, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada a constituição de R\$ 308.636 a título do reserva de expansão.

c. Reserva especial

Refere-se a parte dos lucros, relativos ao resultado do exercício de 2020 que foram distribuídos em dezembro de 2021, conforme assembleia geral extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2021.

d. Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

Em AGE, realizada em 9 de dezembro de 2021, foi aprovado a proposta de pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 49.499 que foi pago em 27 de julho de 2022.

Em AGO, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R\$116.690, sendo R\$75.972 referente ao mínimo obrigatório e R\$40.718 complementar, a serem pagos em 15 de dezembro de 2022.

e. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é computado conforme preconizado pelo CPC 41 - Resultado por Ação, sendo o lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, conforme segue:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	30/09/2022	30/09/2021
Numerador Lucro líquido	335.605	326.256
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias	1,29259	1,25658

Nos períodos observados não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

19 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	30/09/2022	31/12/2021
Nº participantes Gasius		
Ativos	13	17
Assistidos	972	1.003
	985	1.020

20/00/2022 21/12/2021

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a beneficio de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 exempregados que no ano de 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A esses ex-

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e, no mesmo percentual base, concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Os planos de assistência médica oferecidos pela Companhia são estruturados na modalidade de pré-pagamento, ou seja, a Operadora de plano de saúde cobra um prêmio mensal per capita para cobertura dos serviços de assistência à saúde.

Os planos de saúde são concedidos a um grupo fechado de aposentados (e seus dependentes legais) inscritos no plano até 17 de junho de 1998, anteriormente ao processo de privatização da CEG. Para os empregados admitidos até aquela data e que vierem a se desligar por motivos de aposentadoria, é oferecida a manutenção no plano pelo período de sete anos e meio, a contar da data de afastamento definitiva, sendo extensivo a seus dependentes legais.

O plano de saúde passou a ser não contributivo para empregados admitidos a partir de fevereiro de 2011 para empregados que contribuíram até essa data foi dada a opção de realizar a migração mediante assinatura de Termo de Adesão. Os titulares inscritos no plano efetuam contribuições ao plano a título de coparticipação nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	30/09/2022	30/09/2021
Fundo de pensão (Gasius)	1.657	1.546
Assistência médica	9.173	7.728
Plano de aposentadoria do ano 1990	447	459
	11.277	9.733
	<u> </u>	

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	30/09/2022	31/12/2021
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	4.551	4.704
Prêmio aposentadoria	306	289
Assistência médica para aposentados	271.882	263.209
	276.739	268.202

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Circulante	92.656	81.233
Não circulante	184.083	186.969
	276.739	268.202

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012 pode ser assim demonstrada:

F		
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2020	=	250.308
Custos dos juros		15.929
Custo do serviço corrente		204
Beneficios pagos		(13.599)
Remensurações das premissas atuariais	_	15.361
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2021	_	268.203
Custos dos juros	_	17.625
Custo do serviço corrente		426
Beneficios pagos		(11.277)
Remensurações das premissas atuariais		1.762
Obrigações com beneficios definidos em 30 de setembro de 2022		276.739
A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:		
71 composição dos ativos do plano de pensão Gustas e a seguinte.	30/09/2022	31/12/2021
Renda fixa	00/09/2022	01/12/2021
Títulos públicos federais	276.692	239.677
Fundos de investimento de renda fixa	49.509	65.727
	326.201	305.404
Títulos de renda variável	73.930	96.768
Investimento imobiliário	34.407	34.404
Outros ativos	49.664	43.640
	158.001	174.812

20 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

484.202

480.216

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhistas	41.539	36.664
Cíveis	50.209	50.025
Regulatória	1.718	1.690
Tributárias	125.187	142.933
	218.653	231.312

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	30/09/2022
Trabalhistas	36.664	6.034	(1.159)	41.539
Cíveis	50.025	7.333	(7.149)	50.209
Regulatória	1.690	2	26	1.718
Tributárias	142.933	-	(17.746)	125.187
	231.312	13.369	(26.028)	218.653
			Baixas por	
	31/12/2020	Adições	reversão/ pagamento	31/12/2021
Trabalhistas	41.787	4.221	(9.344)	36.664
Cíveis	62.584	2.890	(15.449)	50.025
Regulatória	2.108	111	(529)	1.690
Tributárias	142.906	390	(363)	142.933
	249.385	7.612	(25.685)	231.312

A Companhia possui R\$ 68.111 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 84.649 em 31 de dezembro de 2021) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota Explicativa nº 11).

Alguns desses depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da Administração e seus consultores.

a. Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias é a seguinte:

	30/09/2022	31/12/2021
Esfera		
Federal	123.883	140.760
Estadual	1.294	2.163
Municipal	10	10
1		•
	125.187	142.933

(i) Contingências tributárias com perdas prováveis

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 12.774 (R\$12.283 em 31 de dezembro de 2021) e está suportado por depósitos judiciais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Ação Ordinária (2007.51.01.025299-3)

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.459. O valor atualizado da causa incluindo multas e juros é de aproximadamente R\$ 482.813 em 30 de setembro de 2022. Após obter provimento apenas parcial de sua defesa nos âmbitos administrativos e judicial e considerando critério da análise de seus argumentos de defesa, andamento processual e contexto atuais, a Administração da Companhia entende como sendo prováveis as chances de perda no valor do principal atualizado monetariamente em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 108.330, respectivamente, motivo pelo qual o referido montante foi provisionado. Os demais valores inerentes a multas e juros possuem expectativa de perda remota, e, por tal, razão não estão provisionados. No dia 05.10.2022 houve sessão para julgamento das apelações pelo TRF2, interpostas pela CEG e pela União nos autos da ação anulatória 0025299-63.2007.4.02.5101, o que não ocorreu, devido ao pedido de vistas da Desembargadora Federal Carmen Silva. Outrossim, cumpre salientar que o desembargador relator proferiu, antes do pedido de vistas, voto mantendo a sentença de 1ª instancia.

Ação Ordinária (2005.51.01.017290-3)

Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial referente à exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fev/99 a set/00. A referida ação transitou em julgado, com decisão desfavorável para a Companhia e após concluída a fase de levantamento, o montante provisionado pela Companhia cujo o valor atualizado até maio de 2022 era de R\$ 17.551 (R\$17.378 em 31 de dezembro de 2021) foi baixado no referido mês, assim como o respectivo depósito judicial (Nota Explicativa nº 11).

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorários advocatícios de êxito em ações judiciais de R\$ 3.162 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 3.144 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia ainda dispõe de R\$ 921,00 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 1.798 em 31 de dezembro de 2021) relativos a outras causas com prognóstico provável de perda.

(ii) Contingências tributárias com perdas possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 55.577 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 51.497 em 31 de dezembro de 2021).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

• Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída a provisão. No entanto, tivemos perda total deste processo na esfera administrativa. Os advogados da Companhia entraram com recurso na esfera judicial e estimam

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

como possível a probabilidade de êxito, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 27.858 (R\$ 25.014 em 31 de dezembro de 2021).

- Em agosto de 2018, a Companhia iniciou processo administrativo visando a homologação compensação/restituição de débitos de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 7.216 (R\$ 6.997 em 31 de dezembro de 2021).
- Em agosto de 2020, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um auto de infração, lavrado para exigência de multa relativa aos períodos de janeiro de 2015 a outubro de 2018, em decorrência de indicação de dados incorretos em arquivos da Escrituração Fiscal EFD. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 7.406 (R\$ 6.827 em 31 de dezembro de 2021).

Os demais processos classificados como possíveis atualizados em 30 de setembro de 2022 somam R\$ 13.097 (R\$ 12.657 em 31 de dezembro de 2021).

b. Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	30/09/2022	31/12/2021
Quantidade de ações movidas por		
Ex-empregados CEG	40	40
Ex-empregados terceiros	748	737
Outros (Ministério Público, INSS)	17	3
	805	780
A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos tra	balhistas:	
	30/00/2022	31/12/2021

	30/09/2022	31/12/2021
Ex-empregados CEG	5.479	5.908
Ex-empregados terceiros	36.060	30.755
	41.539	36.663

As reclamações trabalhistas classificadas como risco possível por parte da Companhia totalizam em 30 de setembro de 2022 R\$ 103.239 (R\$ 84.584 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.
- (vi) Implantação do sistema de gestão da documentação de empresas terceiras (SERTRAS).

c. Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 30 de setembro de 2022, essas causas totalizam R\$ 50.209 (R\$ 50.024 em 31 de dezembro de 2021). Não há destaque, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ R\$ 38.204 (R\$ 32.725 em 31 de dezembro de 2021) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Com destaque para os processos 0129467-15.2009.8.19.0001 e 0192859-26.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca do valor da margem aprovado na 2ª revisão tarifária, que representam respectivamente, os valores de R\$ 27.102 e R\$ 9.550 da contingência total.

d. Contingências regulatórias

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 30 de setembro de 2022; essas causas totalizam R\$ 1.718 (R\$ 1.690 em 31 de dezembro de 2021). Com destaque para o processo E-33/100.459/2004 que representa R\$ 1.600 da provisão total.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 264 (R\$ 248 em 31 de dezembro de 2021) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

21 Informações por segmento

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (975.292 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.861 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (255 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoelétrico (4 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (509 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

(*)

<u> </u>	Margem por segmento 30/09/2022					_	
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m³ mil	87.723	43.220	328.436	742.955	-	845.202	2.047.536
Receita Bruta Deduções	1.067.096 (222.965)	329.803 (70.108)	1.298.698 (264.340)	2.621.970 (459.972)	90.784	157.287 (28.693)	5.565.638 (1.046.078)
Receita Líquida	844.131	259.695	1.034.358	2.161.998	90.784	128.594	4.519.560
Custo	(298.384)	(140.827)	(918.240)	(2.025.916)	(90.784)	(10.174)	(3.484.325)
Resultado Bruto	545.747	118.868	116.118	136.082	-	118.420	1.035.235
Despesas/Receitas operacionais							(521.533)
Resultado antes da tributação							513.702
Provisão p/IR e Contribuição social							(178.097)
Lucro do Período							335.605
As outras receitas têm a seguinte composição:							
						30/09/2022	30/09/2021
Receitas de serviços Receitas de serviços taxados Receita de aluguéis						128.326 4.848 24.113	226.137 4.343 3.378
						157.287	233.858

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

	Margem por segmento 30/09/2021						
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m³ mil	90.149	42.313	342.084	684.649	_	2.184.804	3.343.999
Receita Bruta Deduções	829.169 (174.218)	226.394 (48.550)	890.047 (170.621)	1.686.481 (365.018)	57.224 -	233.858 (53.396)	3.923.173 (811.803)
Receita Líquida	654.951	177.844	719.426	1.321.463	57.224	180.462	3.111.370
Custo	(213.766)	(98.093)	(647.038)	(1.248.089)	(57.224)	(4.816)	(2.269.026)
Resultado Bruto	441.185	79.751	72.388	73.374		175.646	842.344
Despesas/Receitas operacionais						_	(347.854)
Resultado antes da tributação							494.490
Provisão p/IR e Contribuição social						_	(168.234)
Lucro do Período							326.256

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

22 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	30/09/2022	30/09/2021
Venda de gás	5.317.567	3.632.091
Contratos de construção	90.784	57.224
Outras receitas (a)	157.287	233.858
Total receita bruta	5.565.638	3.923.173
(-) ICMS	(628.161)	(445.689)
(-) ISS	(4.027)	(4.921)
(-) PIS	(69.908)	(61.737)
(-) COFINS	(322.002)	(284.363)
(-) Taxa de regulação	(21.980)	(15.093)
Total de deduções	(1.046.078)	(811.803)
Receita líquida	4.519.560	3.111.370

É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Ademais, é registrado nesta linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

23 Custo do serviço

	30/09/2022	30/09/2021
Compra de gás e de serviços	(3.289.619)	(2.110.899)
Custo dos contratos de construção	(90.794)	(57.236)
Custo de pessoal	(17.917)	(17.348)
Custo de amortização do intangível	(85.995)	(83.543)
•	(3.484.325)	(2.269.026)

24 Compromissos e contingências

24.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008 entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para uso convencional ("Contrato"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de julho de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 13 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual, de 4.650.000 m³/dia para 4.860.000 m³/dia.

Em 10 de dezembro de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 14 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em diminuir a quantidade diária contratual, para 4.800.000 m³/dia e a adesão à uma nova política de preços, indexada aos preços internacionais do petróleo tipo *Brent*. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do exercício.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Pelos aditivos nº 13 e nº 14 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu a partir do ano de 2019 e, consequentemente, do ano de 2020:

- (i) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 70% da QDC compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- (ii) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

No 3º trimestre de 2022, não houve pagamento relacionado à Retirada Mínima Mensal.

Considerando o término da vigência do Contrato, em 31 de dezembro de 2021, a CEG realizou Chamada Pública, em 03 de setembro de 2021, não tendo recebido proposta elegível. Em consequência, iniciou negociações bilaterais com a Petrobras, tendo sido apresentada proposta bem superior aos patamares até então praticados.

Diante das considerações acima, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG, interpuseram medidas judicias, sendo concedida decisão liminar que assegurou a manutenção das condições do contrato vigente até 31.12.2021, mantendo as mesmas condições para os próximos 12 meses (até 31.12.2022), ou até que o CADE analise o pleito das Concessionárias impactadas, bem como que haja a completa abertura do mercado.

24.2 Revisão tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma on-line, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/2021 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG. A referida Deliberação imputou à Companhia uma redução de 13,5% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021.

Em 29/03/2021, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação até o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado e do Poder Concedente sobre as questões relativas ao 3º termo aditivo do Contrato de Concessão.

Em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais das decisões constantes da mesma.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 21/06/21, a Concessionária apresentou seus Embargos de Declaração em face ao contido na referida Deliberação.

Em 12/04/2022 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.407, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, mantendo a Deliberação AGENERSA n.º 4.198/2021 e a suspensão de seus efeitos.

Em 25/04/2022 a Concessionária apresentou Recurso Administrativo em face ao contido na referida Deliberação AGENERSA nº. 4.198/2021.

Estando os efeitos da referida Deliberação suspensos, não há como reconhecer qualquer variação ou constituição de ativo ou passivo regulatório para o período findo em 30 de setembro de 2022.

Em 30/12/21, na sessão regulatória, foi proferida a Deliberação 4263/21 que reconhece o direito ao repasse da inflação de forma diferida, sendo retroativa a 01/01/22, mas condiciona a sua aplicabilidade quando da conclusão da 4ª Revisão Quinquenal, que se espera que ocorra ao longo do ano de 2022.

A referida decisão foi publicada em 30 de dezembro de 2021. No dia 27/01/22 a Companhia ingressou com um mandado de segurança contra a decisão da AGENERSA.

Em 08 de março de 2022 foi proferida a Decisão Liminar de Agravo de Instrumento nº 0013626-18.2022.8.19, a qual assegurou a aplicação imediata do reajuste anual, fixando temporariamente o IPCA (10,74%) como índice de reajuste, excluindo desta alteração a tarifa do setor termoelétrico, a qual será reajustada pelo IGPM (17,78%), porquanto tal segmento apresenta maior condição de manter o equilíbrio contratual com a aplicação do índice vigente.

25 Despesas de vendas, gerais e administrativas

Despesa de pessoal (a) (51.039)	50.499)
Serviços profissionais e contratados (b) (78.772)	74.834)
Amortização do intangível (20.018)	22.626)
Serviços e outros gastos (22.728)	25.854)
Provisões (reversões) líquidas contingências 16.913	2.251
Serviços de manutenção (32.086)	25.100)
Utilidades, materiais e serviços (12.549)	10.570)
Despesa de atividades comerciais (c) (6.901)	(5.863)
Entidade de previdência privada (426)	(153)
Perda (recuperação) de crédito (c) (57.619)	43.704)
Provisão para perdas de crédito esperada (c) (69.951) (20.972)
(335.176) (2	77.924)

30/00/2021

30/00/2022

Inclui principalmente despesas com pessoal administrativo.

incuir pinteplanime (exspessa com pessoa com pessoa administrativo.)

O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de fatura e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculados à tecnologia da informação e segurança

Composição das despesas com vendas da DRE. A variação apresentada refere-se, substancialmente, a constituição da PCE (perdas de crédito estimadas) reconhecida no período.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

26 Outras receitas e despesas, líquidas

	30/09/2022	30/09/2021
Impostos e taxas (a)	(15.158)	(11.287)
Ganho/Perda na alienação de intangível	-	90
Indenização a terceiros (b)	(29.647)	(5.686)
Recuperação/despesa com impostos	(2.001)	(433)
Outras receitas operacionais	11.231	7.178
Outras despesas operacionais	(1.446)	(3.172)
	(37.021)	(13.310)

27 Resultado financeiro

	30/09/2022	30/09/2021
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	12.887	7.220
Receita de juros e encargos	2.935	1.851
Atualizações monetárias (a)	22.547	19.917
Outras receitas financeiras	693	751
	39.062	29.739
Despesas financeiras		
Juros de empréstimo	(128.738)	(43.027)
IOF	(404)	(1.265)
Atualizações monetárias (b)	(48.777)	(30.108)
Fiança bancária	(11.502)	(11.776)
Capitalização de juros de empréstimos	2.173	624
Outras despesas financeiras	(1.150)	(807)
	(188.398)	(86.359)
	(149.336)	(56.620)

O aumento refere-se substancialmente à atualização dos créditos fiscais decorrentes do processo sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (18.509). O aumento refere-se substancialmente às atualizações, pela taxa SELIC, do passivo setorial decorrente do processo sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (18.509), variações monetárias passivas do plano de beneficio definido (7.529) e atualizações dos processos judiciais (10.044).

Com a finalidade de manutenção do equilibrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2019.

Refere-se, predominantemente, a Ação Ordinária (2005.51.01.017290-3) cuja a baixa foi realizada em maio de 2022 (vide N.E 20.a.i) no montante de R\$17.378. Os valores remanescentes são decorrentes dos demais processos de baixo valor individual que, devido a sua granularidade, não estão destacados em nota explicativa.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Trimestre findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

28 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Em milhares Importâncias seguradas
Disconnectional	29/10/2021 a	710 000
Risco operacional	29/10/2022 29/10/2021 a	710.000
Responsabilidade civil geral	29/10/2022 29/10/2021 a	852.000
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/2021 a 29/10/2022	94.000

Katia Brito Repsold Diretora-Presidente

Marcio Gomes Vargas Diretor Econômico-Financeiro e de RI Emerson de Pontes Sales Contador CRC-110288/O-9 RJ